

Associação Cultural e Social do Amieiro

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 De Dezembro de 2018

Índice

Anexo	3
1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1. Bases de Apresentação	3
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	8
5. Ativos Fixos Tangíveis	8
6. Ativos Intangíveis.....	9
7. Locações.....	9
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
9. Inventários	10
10. Rédito.....	10
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	10
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	11
14. Imposto sobre o Rendimento	11
15. Benefícios dos empregados	11
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
17. Outras Informações	12
17.1. Diferimentos	12
17.2. Outros Ativos Financeiros.....	13
17.3. Caixa e Depósitos Bancários	13
17.4. Fundos Patrimoniais	13
17.5. Estado e Outros Entes Públicos	13
17.6. Outras Contas a Pagar	14
17.7. Subsídios, doações e legados à exploração	14
17.8. Fornecimentos e serviços externos	15
17.9. Outros rendimentos e ganhos	15
17.10. Outros gastos e perdas	15
17.11. Resultados Financeiros	16
17.12. Acontecimentos após data de Balanço	16

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Associação Cultural e Social do Amieiro” é uma instituição particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede na Rua 1º de Maio, localidade de Amieiro, concelho de Alijó. Tem como principal atividade a prestação de serviços a idosos dispondo da valência de Apoio Domiciliário.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que apresentam de forma apropriada e verdadeira o ativo, os fundos patrimoniais, o passivo e os resultados da Associação.
 - A moeda utilizada nas demonstrações financeiras é o euro.
-

-
- As notas não apresentadas não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.
-

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, esta Entidade continuará a operar no futuro previsível, na sua atividade de prestação de serviços aos idosos ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas *Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos*.

- *Nos Diferimentos (gastos a reconhecer)* nesta rubrica registamos essencialmente os seguros de viaturas, seguros de acidentes pessoais que se estendem ao exercício futuro sendo gasto desse ano.
- *Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)* nesta rubrica estimam-se gastos com subsídios de férias e férias e respetivos encargos sociais e gastos com eletricidade de modo a reconhecer no ano correto os gastos efetivos, apesar do seu pagamento só ocorrer ano seguinte.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma proporciona-se informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para cada bem.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

3.2.2. Propriedades de Investimento (não aplicável a esta entidade)

3.2.3. Ativos Intangíveis (não aplicável a esta Entidade)

3.2.4. Investimentos financeiros

Esta entidade detém um investimento financeiro, o Fundo Geral Obrigatório de Compensação Salarial.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão valorizados ao custo de aquisição. Em 31/12/2018 esta instituição detinha 755,80€ de géneros alimentares conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Movimentos	Matérias-primas (Géneros Alimentares) 2017	Matérias-primas (Géneros Alimentares) 2018
Existências Iniciais	755,00€	825,00€
Compras	17.694,74 €	21.123,12€
Regularização	(5.544,00)€	(5.659,50)
Existências Finais	825,00€	755,80€
CMVMC	12.080,74€	15.532,82€

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que esta Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6. Instrumentos Financeiros (não aplicável a esta entidade)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros não resultaram em saldo a 31/12/2018.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” não registaram saldos a 31/12/2018.

Outros ativos e passivos financeiros

(não aplicável a esta entidade)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor apresentava um saldo de 782,94€.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Os fornecedores apresentavam um saldo a pagar no final do ano no valor de 1.602,92€.

As Outras contas a pagar apresentavam no final do ano um saldo global de 20.367,73€, dos quais são valores em dívida a outros credores 3.226,72€, 1.355,00€ são adiantamentos de utentes e 10.848,01€ são resultantes de credores por acréscimos de gastos (periodização económica).

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” desta entidade são compostos por:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	27.396,85€	0,00 €	0,00 €	27.396,85€
56-Resultados Transitados	68.677,51€	689,54 €	0,00€	69.367,05
59-Outras Variações Capital Próprio	12.285,30€	0,00 €	9.796,73€	2.488,57€

3.2.8. Provisões

(não aplicável a esta entidade)

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Esta entidade teve necessidade durante o ano corrente de recurso a outros financiadores, no valor de 53.136,00€ para fazer face ao pagamento dos encargos assumidos com o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, uma vez que o subsídio destinado a financiar este projeto não chegou atempadamente.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

a) Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas que é o caso desta entidade.*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(não aplicável a esta entidade)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(não aplicável a esta entidade)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018 mostrando as adições, os abates e alienações, e depreciações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Rer.	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	102.894,27	-	-	-	-	102.894,27
Equipamento básico	39.563,38	-	-	-	-	39.563,38
Equipamento de transporte	44.396,78	-	-	-	-	44.396,78
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	7.264,37	-	-	-	-	7.264,37
Outros Ativos fixos tangíveis	23.139,25	-	-	-	-	23.139,25
Total	217.258,05	-	-	-	-	217.258,05
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	21.640,99	2.126,36	-	-	-	23.767,35
Equipamento básico	39.563,38	-	-	-	-	39.563,38
Equipamento de transporte	34.045,78	11.994,00	-	-	-	44.396,78
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	6.544,67	266,10	-	-	-	6.810,77
Outros Ativos fixos tangíveis	18.003,67	2.327,12	-	-	-	20.330,79
Total	119.798,49	15.070,58	-	-	-	134.869,07

Propriedades de Investimento
(não aplicável a esta entidade)

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público
(não aplicável a esta entidade)

Outros Ativos Intangíveis
(não aplicável a esta entidade)

7. Locações

(não aplicável a esta entidade)

8. Custos de Empréstimos Obtidos

(não aplicável a esta entidade)

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas	755,00	17.694,74	(5.544,00)	825,00	21.123,12	(5.659,50)	755,80
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	755,00	17.694,74	(5.544,00)	825,00	21.123,12	(5.659,50)	755,80

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.080,74	15.532,82
Variações nos inventários da produção	-	-

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Vendas		
Prestação de Serviços	27.158,00	29.465,50
Quotas dos utilizadores	26.255,00	28.200,50
Quotas e Jóias	903,00	653,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos		
Total	27.158,00	29.465,50

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(não aplicável a esta instituição)

Passivos contingentes

(não aplicável a esta instituição)

Ativos contingentes

(não aplicável a esta instituição)

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2018
Subsídios do Governo	89.463,39	95.190,99
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Apoio Domiciliário)	73.615,56	77.535,74
IEFP	6.503,83	2.741,57
Autarquias-Município Alijó	9.344,00	-
Programa O. Inclusão Social e Emprego	-	14.913,68
Apoios do Governo	-	-
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	89.463,39	95.190,99

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(não aplicável a esta instituição)

14. Imposto sobre o Rendimento

(não aplicável a esta instituição)

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais desta Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

A média de funcionários dependentes (constam da folha de remunerações) ao serviço desta associação foi no exercício de 2018, de 8.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	69.651,82	72.240,63
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	13.722,08	12.451,65
Seguros de Acidentes no Trabalho	916,21	790,30
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	220,00	50,00
Total	84.510,11	85.532,58

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

17.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	379,93	372,68
Seguro Acidentes Trabalho	84,66	103,68
Seguro Edifícios	87,01	68,36
Seguro Acidentes Pessoais	-	-
Total	551,60	544,72
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

17.2. Outros Ativos Financeiros

(não aplicável a esta entidade)

17.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Caixa	484,02	38,13
Depósitos à ordem	29.157,44	744,81
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	29.641,46	782,94

17.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	27.396,85	-	-	27.396,85
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	68.677,51	689,54	-	69.367,05
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.285,30	-	9.796,73	2.488,57
Total	108.359,66	689,54	9.796,73	99.252,47

17.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma como podemos observar no mapa comparativo dos dois últimos anos:

Descrição	2017	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	586,98	745,69
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	586,98	745,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	189,70	179,98
Segurança Social	2.801,02	3.235,94
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.990,72	3.415,92

17.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	4.938,00
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	12.655,60	-	10.848,01
Outros credores	-	3.934,17	-	3.226,72
Adiantamento Clientes	-	-	-	1.355,00
Total	-	16.589,77	-	20.367,73

17.7. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota **12**.

17.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos anos de 2017 e 2018, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6.150,11	54.747,00
Materiais	1.080,26	4.775,93
Energia e fluidos	6.950,33	7.779,65
Deslocações, estadas e transportes	381,79	1.078,33
Serviços diversos	5.717,14	42.475,31
Total	20.279,63	119.015,33

17.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Rendimentos Suplementares	285,18	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,00	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	393,60	1040,08
Outros rendimentos e ganhos	16.502,63	17.745,89
Total	17.185,41	18.785,97

17.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	4,20	
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1.172,00	706,70
Total	1.176,20	706,70

17.11. Resultados Financeiros

No período de 2017 e 2018 não se reconheceram-se os gastos e rendimentos relacionados com juros e similares, reflectindo o resultado financeiro nulo em ambos os anos.

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

17.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.